

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.993 - PE (2015/0062382-1)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL  
RECORRIDO : TCA TECNOLOGIA EM COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A  
ADVOGADOS : GLÁUCIO MANOEL DE LIMA BARBOSA - PE009934  
IVO DE LIMA BARBOZA E OUTRO(S) - PE013500  
FERNANDO DE OLIVEIRA LIMA - PE025227  
GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA - PE031702  
ALEXANDRE DE ARAÚJO ALBUQUERQUE - PE025108D  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

## DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. IPI. UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO MEDIANTE COMPENSAÇÃO COM OUTROS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELO DECRETO 2.179/1997. INADMISSIBILIDADE. NÃO CABIMENTO DO APELO NOBRE POR EVENTUAL VIOLAÇÃO DE NORMAS INFRALEGAIS, NA HIPÓTESE, ALEGADA INFRAÇÃO A DECRETO EXECUTIVO REGULAMENTADOR. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5a. Região, ementado nos seguintes termos:

*TRIBUTÁRIO. CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI. DECRETO. LIMITAÇÃO DAS HIPÓTESES DE COMPENSAÇÃO. REDUÇÃO DO ALCANCE DA LEI REGULAMENTADA. IMPOSSIBILIDADE.*

1. *Os atos normativos derivados (caso do Decreto) têm o efeito de complementar a lei (ato normativo originário e autônomo), "para sua fiel execução". Tais atos não podem inovar na ordem jurídica, sob pena de afrontar o comando do art. 5º, II, da CF/88, devendo apenas complementar a legislação, preocupando-se não em*

# Superior Tribunal de Justiça

*alterá-la, mas em torná-la exequível.*

2. A Lei nº 9.440/97, visando ao desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, autorizou às empresas do ramo automotivo instaladas (ou que viessem a se instalar) em tais regiões creditarem-se do Imposto sobre Produtos Industrializados, como ressarcimento das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, incidentes sobre o seu faturamento.

3. Na hipótese dos autos, verifica-se que o art. 6º, VI e parágrafo único, do Decreto nº 2.179/97 - invocado pela Fazenda-, ao limitar o aproveitamento de crédito presumido à dedução do IPI devido pela saída de produtos tributados, desbordou do propósito insculpido na lei regulamentada (Lei nº 9.440/97), afastando-se da concepção de "fidel execução" a qual deveria atender.

4. Apelação e remessa oficial desprovidas. (fls. 1.115).

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.136/1.137).

3. Em seu Apelo Especial, o Ente Fazendário insurgiu-se contra a homologação da compensação de créditos presumidos de Imposto sobre Produtos Industrializados/IPI com débitos de tributos diversos do IPI, com base no art. 1o., IX da Lei 9.440/1997, asseverando que houve afronta à Instrução Normativa da SRF 21/1997, que foi editada para dar cumprimento ao benefício fiscal concedido pela referida Lei 9.440/1997.

4. Aduz que houve afronta ao disposto no art. 535, II do CPC/1973, visto que o Tribunal de origem não se posicionou sobre questões essenciais ao deslinde da controvérsia.

5. No mérito, discorre sobre a violação do art. 1o., IX da Lei 9.440/1997, art. 6o., VI e parág. único, do Decreto 2.197/1997 e art. 103 do RIPI/1982, alegando que a legislação somente permite o aproveitamento do referido crédito presumido como dedução do IPI devido pela saída de produtos tributados, sem previsão de

# Superior Tribunal de Justiça

sua utilização como ressarcimento ou compensação de outros tributos.

6. Apresentadas Contrarrazões (fls. 1.169/1.183), sobreveio juízo positivo de admissibilidade recursal.

7. É o breve relatório.

8. Em relação à negativa de prestação jurisdicional, cumpre destacar que a alegada violação ao art. 535, II do CPC/1973 **não ocorreu**, tendo em vista o fato de que a lide foi resolvida nos limites propostos e com a devida fundamentação jurídica. As questões postas a debate foram decididas com clareza, não tendo havido qualquer vício que justificasse o manejo dos Embargos de Declaração. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido pela parte, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

9. Quanto ao conhecimento deste recurso, observa-se que a controvérsia dos presentes autos cinge-se à possibilidade de utilização do crédito presumido do IPI previsto no art. 1o., IX da Lei 9.440/1997, **mediante compensação com débitos vencidos e vincendos de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal**. Em sede de Apelação e Remessa Oficial, o Tribunal de origem manteve a sentença de procedência do pedido, com base nos seguintes fundamentos:

*Na hipótese dos autos, através de uma cognição sumária, verifica-se que o art. 6º, VI e parágrafo único, do Decreto nº 2.179/ 97 - invocado pela Fazenda para justificar a reforma da decisão -, ao limitar o aproveitamento de crédito presumido à dedução do IPI devido pela saída de produtos tributados, desbordou do propósito insculpido na lei regulamentada (Lei n.º 9.440/97), afastando-se da concepção de "fiel execução" a qual deveria atender.*

*A meu ver, a restrição imposta pelo decreto, máxime diante do contexto dos autos, destoa do fundamento da política de desenvolvimento regional que dá suporte ao benefício fiscal concedido na Lei n.º 9.440/97, o que justifica a manutenção do julgado hostilizado.*

*Nessa senda, entendeu o magistrado que:*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*a quo Conforme relatado, a Lei nº 9.440/97, visando o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, autorizou às empresas do ramo automotivo, instaladas ou que viessem a se instalar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, creditarem-se do Imposto sobre Produtos Industrializados como ressarcimento das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, incidentes sobre o seu faturamento.*

*A utilização desses créditos foi remetida pela lei ao regulamento, tendo sido editado o Decreto nº 2.179/97, cujo art. 6º, remete ao art. 103 do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, aprovado pelo Decreto nº 87.981, de 23 de dezembro de 1982, o chamado RIPI/82, que passo a transcrever:*

*"Art. 103. Os créditos do imposto escriturados pelos estabelecimentos industriais, ou equiparados a industrial, . serão utilizados mediante dedução do imposto devido pelas saídas de produtos dos mesmos estabelecimentos § 1º Quando, do confronto dos débitos e créditos, num período de apuração do imposto, resultar saldo credor, será este transferido para o período seguinte.*

*§ 2º O direito à utilização do crédito está subordinado ao cumprimento das condições estabelecidas para cada caso e das exigências previstas para a sua escrituração, neste Regulamento." Da redação da mencionada norma, constata-se a previsão de utilização do crédito presumido do IPI tão-somente com o imposto devido pela saída de produtos. Apesar disso, porém, penso que não possa prevalecer a tese da União.*

*Isso porque, de acordo com o entendimento esposado pela ré, empresas como a autora - que, por força de disposição da Lei nº 9.826/99, têm grande parte de suas saídas suspensas, já que a tributação é concentrada nas montadoras - não poderiam utilizar o saldo credor de IPI, acumulado em razão de não poderem proceder à dedução descrita pela norma.*

*Ora, filiar-se a esse posicionamento seria esvaziar o conteúdo da norma, retirando a sua finalidade e neutralizando os seus efeitos. Afinal, de nada adianta reconhecer o crédito e não permitir sua utilização.*

*Tanto é assim, que, em 2008, o ente federal, reconhecendo a falha, e, visando evitar situações tais como a presente, editou o Decreto nº 6.556, em substituição ao Decreto nº 2.179/97, de modo a prever outras formas de utilização do crédito presumido. Desta feita, tendo em vista a finalidade da norma, que não pode ser alterada ou suprimida por força de decreto regulamentar, aliada à previsão constante da Lei nº 9.430/96, que permite a compensação de créditos com débitos relativos a quaisquer tributos e contribuições, entendo pela*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*anulação da decisão que negou o pedido de ressarcimento formalizado mediante compensação.*

*De outro modo, diante da impossibilidade deste Juízo de homologar a compensação, quer por ser ato privativo da autoridade fazendária, quer pela necessidade de verificação da conformidade do ato com as demais exigências legais, posiciono-me pelo acolhimento do pedido sucessivo, de declaração do direito à utilização dos créditos.*

*Penso que os argumentos esposados pelo juízo originário (os quais passam a compor a fundamentação deste ) não são dignos de retoques. Note-se que o próprio Poder Público, certamente percebendo a decisum indevida limitação imposta pelo supracitado Decreto, alterou o seu comando originário (através do Decreto nº 6.556/08), , passando a prever outras formas trazendo regulamentação diferente da anterior de utilização do crédito decorrente.*

*Não se quer com isso afirmar que o Decreto nº 6.556/08 deve ser aplicado de forma retroativa, mas apenas destacar a verossimilhança da tese de que o Decreto nº 2.179/ 97, em sua concepção originária, restringia de modo indevido a lei por ele regulada, tolhendo o seu desígnio político (fls. 1.113/1.114).*

10. Da leitura atenta do acórdão recorrido e das razões recursais, observa-se que, conquanto a parte recorrente indique violação do art. 1o. da Lei 9.440/1997, a sua argumentação pauta-se, na verdade, no teor do Decreto 2.197/1997 - este, sim, trata, propriamente, da matéria objeto da causa, mas é norma infralegal, cuja violação não pode ser aferida em sede de Recurso Especial. Confira-se, a propósito, o entendimento desta Corte Superior, em casos análogos:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO. APREENSÃO DE VEÍCULO. INFRAÇÃO AMBIENTAL. DECRETO. NÃO ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. VIOLAÇÃO REFLEXA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.*

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

*II - Indicada a ofensa aos arts. 25 e 46 da Lei n. 9.605/1998, o direito defendido encontra respaldo, em tese, nos arts. 3º, II, IV, 105, 106 e 134 do Decreto 6.514/2008, de modo que a violação à lei federal seria meramente reflexa.*

*III - É entendimento assentado na jurisprudência desta Corte que a alegação de violação de decreto regulamentar não pode ser conhecida, porquanto tal espécie normativa não se enquadra no conceito de lei federal, conforme o permissivo constitucional.*

*IV - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.*

*V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.*

*VI - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp. 1.809.665/AL, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 23.10.2019).*

2 2 2

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, II DO CPC/1973. AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA NO ART. 485, V DO CPC/1973. INVIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR. ALEGADA OFENSA AO ART. 40 DO DECRETO 2.521/1998. NORMA INFRALEGAL. VIOLAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

(...).

4. *Para que fosse possível acatar a ofensa ao art. 485, V do CPC/1973, seria necessário avaliar a alegada violação à*

# Superior Tribunal de Justiça

norma jurídica indicada na Ação Rescisória - a saber, o art. 40 do Decreto 2.521/1998. **Ocorre que tal norma, de natureza infralegal, não se equipara à Lei Federal para fins de interposição do Recurso Especial,** consoante o entendimento desta Corte Superior. Julgados: AgInt no AREsp. 1.352.387/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 12.2.2019; AgInt no REsp. 1.490.498/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 23.8.2018.

5. De todo modo, ainda que fosse possível o conhecimento da alegada violação, o Apelo Nobre se encontra deficientemente fundamentado, não tendo a parte agravante demonstrado de forma precisa como teria ocorrido a afronta ao dispositivo. Aplica-se, portanto, na hipótese, por analogia, a Súmula 284/STF.

6. Agravo Interno da Sociedade Empresária a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 720.600/MG, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 25.6.2019).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 5o., LV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO STF. VIOLAÇÃO A DECRETO. IMPOSSIBILIDADE. ATO NORMATIVO QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE TRATADO OU LEI FEDERAL. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. REFORMA DESSA CONCLUSÃO. SÚMULA 7/STJ. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REQUISITOS. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. A análise de violação a matéria constitucional, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República, refoge à jurisdição do STJ, sendo de competência exclusiva do STF.

2. O STJ possui entendimento de que o comando legal inserido em decreto não se enquadra no conceito de lei federal, o que inviabiliza a discussão quanto à sua inteligência em Recurso Especial.

(...).

5. Recurso Especial não conhecido (REsp.

# Superior Tribunal de Justiça

1.656.911/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 11.5.2017).

2 2 2

*ADMINISTRATIVO. MILITAR. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. INEXISTENTE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DECRETO. NÃO CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL.*

1. *No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.*

2. *Quanto à violação do art. 149 do Decreto 57.654/1966 -, que regulamenta a Lei do Serviço Militar 4.375/1964 -, o STJ possui entendimento de que decreto regulamentar não se enquadra no conceito de lei federal.*

3. *Agravo interno improvido (AgInt no REsp. 1.627.640/PE, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 11.4.2017).*

11. De acordo com os precedentes jurisprudenciais citados, há óbice que impede a cognição do presente Apelo Nobre, qual seja, a inexistência de violação direta a lei federal.

12. Cabe destacar que o assunto ora debatido não se refere à existência - ou não - de crédito a ser compensado, mas tão só e apenas da possibilidade - ou não - de compensação desses créditos com quaisquer tributos federais, ou somente com a mesma espécie tributária (IPI), que originou o aludido crédito. Mostra-se relevante observar que, atualmente, essa questão não mais existe, isso porque, com a edição do Decreto 6.556/2008, a compensação passou a ter outra abrangência.

13. O que se deveria examinar, portanto, se o recurso da Fazenda Pública fosse passível de conhecimento, seria, somente, se os créditos apurados no período anterior ao referido Decreto poderiam ser compensados com outros tributos. Penso eu que a



# Superior Tribunal de Justiça

solução da questão somente pode ser favorável ao Contribuinte, tendo em vista que **o seu crédito é indiscutível e, se não fosse possível, a sua compensação com débitos de quaisquer tributos federais, ter-se-ia de reconhecer que os valores positivos apurados em favor do Contribuinte seriam inúteis, já que as suas operações não sofrem a incidência do IPI.**

14. Como é apregoadado pela unanimidade dos escritores jurídicos, a compreensão das regras de Direito não podem conduzir a impasses insolúveis nem a levar o intérprete a situações de perplexidade, que muitas vezes chegam à indecidibilidade. Ora, neste caso, vê-se exatamente essa hipótese. Por conseguinte, nenhuma ressalva, alteração ou restrição jurídica pode ser feita ao douto acórdão da Corte de origem, razão pela qual a sua confirmação é imperativa, pelos seus próprios fundamentos.

15. Essa argumentação agora desenvolvida deve ser entendida, apenas, como *obiter dicta*, porquanto o recurso interposto pela Fazenda Pública **não pode ser conhecido, por não se tratar de ofensa a qualquer lei federal.**

16. Ante o exposto, nega-se seguimento ao Recurso Especial da FAZENDA NACIONAL.

17. Publique-se.

18. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR